

A Língua Portuguesa e as raízes sóciohistóricas da colonização linguística em Angola: possibilidades para a desconstrução

Hamilton Sebastião de Figueiredo *

ORCID iD <https://orcid.org/0000-0002-2140-6611>

RESUMO

O presente artigo rastreia as raízes sociohistóricas da colonização linguística num contexto em que o português se afirmou como língua oficial em Angola. A presente abordagem é fundamentalmente crítica, nela procuramos resgatar na história as múltiplas determinações responsáveis pela distorção do estatuto científico das línguas angolanas e descrevemos as possibilidades para a desconstrução da colonização linguística em Angola. Em termos metodológicos, realizamos uma revisão bibliográfica que nos permitiu visitar obras que corporificam um projeto intelectual de restauração das criações culturais africanas. Discorrida a abordagem, chegamos a conclusão de que é urgente a realização de uma ampla revisão dos programas e currículos escolares de formas a instituir-se a obrigatoriedade do ensino das línguas nativas, condição indispensável para a desoficialização da Língua Portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE

Colonização; Linguagem; Afrocentricidade.

La langue portugaise et les racines socio-historiques de la colonisation linguistique en Angola : possibilités pour la déconstruction

RESUME

Cet article retrace les racines socio-historiques de la colonisation linguistique dans un contexte où le portugais s'est imposé comme langue officielle en Angola. Cette approche est fondamentalement critique, dans laquelle nous cherchons à sauver dans l'histoire les multiples déterminations responsables de la distorsion du statut scientifique des langues angolaises et décrire les possibilités pour la déconstruction de la colonisation linguistique en Angola. Sur le plan méthodologique, nous avons procédé à une revue bibliographique qui nous a permis de visiter des ouvrages qui incarnent un projet intellectuel de restauration des créations culturelles africaines. Après avoir discuté de l'approche, nous sommes arrivés à la conclusion qu'il est urgent de procéder à une vaste révision des programmes et des curriculums scolaires afin d'établir l'enseignement obligatoire des langues autochtones, condition indispensable pour supprimer la langue portugaise.

MOTS-CLES

Colonisation; Langage; Afrocentricité.

* Graduado em Ciência Política pela Universidade Agostinho Neto -Angola (2012); Possui uma especialização em Administração, Gestão e Qualidade Pedagógica pelo Instituto Superior Técnico de Angola-ISTA/Universidade de Ciências Enrique José Varona (2018); Mestrado em Serviço Social e Política Social pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Católica de Angola (2022). E-mail: hamiltonsebastiao4@gmail.com

Monoko ya Portugais mpe misisa ya socio-historique ya colonisation Linguistique na Angola: possibilités ya déconstruction

RESUMO

Lisolo oyo ezali kolanda misisa ya socio-historique ya colonisation linguistique na contexte oyo Portugais e se établir lokola langue officielle na Angola. Approche oyo ezali fondamentalement critique, oyo tozali koluka kobikisa na histoire ba déterminations multiples responsables ya distorsion ya statut scientifique ya minoko ya Angola mpe tozali kolimbola ba possibilités ya déconstruction ya colonisation linguistique na Angola. Na ndenge ya méthodologique, tosalaki revue bibliographique oyo epesaki biso nzela ya kotala lisusu misala oyo ezali na projet intellectuel ya kozongisa ba créations culturelles africaines. Na sima ya kolobela ndenge ya kosala, tozuaki conclusion que esengeli kosala revue ya large ya ba programmes ya biteyelo mpe ba programmes ya kelasi mpo na ko établir enseignement obligatoire ya minoko ya mboka, condition indispensable mpo na déofficialisation ya monoko ya Portugais.

MALOPA YA NTINA

Bokoloni, Monoko; Afrocentricité oyo ezali.

Introdução

A proclamação da independência de Angola trouxe um mínimo de reparo moral e restabeleceu uma certa dignidade a um povo feito refém pelas teias corrosivas do investimento colonial montado para satisfazer não apenas a ganância desmedida do seu colonizador, Portugal, mas também de outras das grandes potências capitalistas europeias. Movidas pela lógica de acumulação desenfreada de capital que em África se apresentou sobre a forma de escravidão e extração de matéria-prima, diversas nações da Europa universalizaram um modelo de socialização baseado num amplo processo subalternização e subjugação com consequências sociais e culturais drásticas para os povos colonizados.

Fruto da violência cultural imposta pelo poder colonial, muitas das nações Africanas, incluindo Angola, sofreram um autêntico “desvio existencial” com profundos rebatimentos que se fazem muito presentes nos dias atuais. Ou seja, transcorridos anos de independência, mais do que não ter sido capaz de reencontrar o caminho do progresso, Angola é ainda uma sociedade que não conseguiu reafirmar valores próprios, com destaque para a questão linguística onde adoptou-se a língua do colonizador como oficial em detrimento do rico aporte das línguas angolanas.

Toda a linguagem é portadora de uma maneira de ver o mundo de um determinado povo, ou seja, por trás de qualquer língua escondem-se criações e significações culturais próprias de uma coletividade social, assim sendo, adoptar uma língua é também um

processo de conversão cultural. Dado que a Língua Portuguesa foi trazida para Angola no contexto colonial, podemos afirmar que as suas criações linguísticas em relação ao mundo africano foram totalmente montadas sobre um imaginário colonial destinado a subverter, mistificar ou a trazer a confusão mental no seio deste povo. Devido a assunção forçada e muitas vezes irrefletida do português, muitos angolanos cederam facilmente às investidas da colonização e às suas reverberações, pois ao desfazerem-se das suas línguas, estes fizeram uma ruptura epistemológica com todo o seu legado de luta e resistência que estão alojadas nas suas criações linguísticas.

Em função de um conjunto de determinações sociohistóricas, as línguas angolanas foram praticamente expurgadas do sistema oficial de ensino em Angola, situação contrária aconteceu com as línguas colonizadoras que têm sido amplamente ensinadas como panaceia da internacionalização de Angola, estas gozam na atualidade de um prestígio social que, se comparado ao período colonial, facilmente concluiremos que nada mudou. Este dado expõe a permanência da colonização linguística cujas raízes sociohistóricas e as possibilidades de desconstrução figuram como enfoques do presente exercício académico.

1.Colonização e eurocentrismo: duas estruturas de subalternização

Antes mesmo de rastreamos as diversas teias de interações sociohistóricas responsáveis pela colonização linguística, é preciso referir que, diferente da versão colonial da história de África, existe uma África profunda que os renomados “humanistas” europeus não foram suficientemente capazes de descobrir; ainda assim, seus representantes legais, desejando alcançar a acumulação primitiva de capitais, foram capazes de subalternizar, subverter, desacreditar e descentrar todo o seu rico corolário de singularidades históricas e culturais. Sobre esta referida África profunda Clarke (1992, p.36) explica o seguinte:

A maioria das pessoas no mundo foi forçada a esquecer que mais da metade da história da humanidade já existia antes que alguém soubesse que um europeu estava no mundo. Os não europeus, especialmente nas civilizações do vale do Nilo, lançaram a base para a espiritualidade que mais tarde seria convertida nas principais religiões do mundo. Eles também descobriram o padrão de pensamento que mais tarde culminaria no pensamento filosófico do mundo.

A chamada África profunda, nos termos de Clarke (1992), viveu um grande período de grandeza civilizacional marcado por largos anos de gestão estatal independente que

começou a ser construída desde o surgimento na terra do ser humano e das primeiras civilizações, eventos que tiveram a África como o berço único. Na África profunda, a família era a grande unidade de coesão social, absorvia em grande medida toda a tendência individualista, permitindo a materialização de uma cosmovisão africana e humanizadora fundamentada no comunitarismo. Foi assim que se, construiu nas profundezas de uma África esquecida, imponentes Estados que vigoraram por muito tempo e universidades (Timbuctu, Sankore, Fez, Al-Azhar) que nos trazem testemunhos de uma época em que grandes centros de produção de pensamento da época estavam sediados em África.

Durante o período de grandiosidade vivenciado pelas civilizações africanas, além da sacralização da família, dos Estados sólidos, da riqueza intelectual e do ideário humanista, a unidade cultural tem sido apresentada por muitos intelectuais como sendo o grande diferencial evolucionista das civilizações africanas. É essencial destacar o papel que o engajamento científico de Cheikh Anta Diop desempenhou na confirmação desta tese, ou melhor, os estudos linguísticos deste intelectual provaram a existência de um alto grau de parentesco genealógico entre o extenso aporte das línguas africanas.

O parentesco linguístico entre as línguas africanas é usado como prova científica para suportar a tese de que o povo africano durante os seus períodos áureos compartilhou conceitos, ideias, categorias analíticas, significações, representações e formas de estruturação de pensamento. Dito de outra forma, este grau de parentesco linguístico demonstra inequivocamente que as grandiosas civilizações africanas dispunham de uma visão de mundo comum que funcionou como sustentáculo da sua unidade cultural e do seu progresso social.

O período de grandeza do continente africano teve o seu inevitável declínio quando os destinos das suas civilizações esbarraram com a escravidão e com a colonização, estruturas afectas ao continente Europeu, pois “nesta jovem civilização a necessidade de escravidão foi criada. Esta necessidade teve um efeito imprevisto no povo africano, cuja magnitude continua a ser vivida até os dias actuais” (Clarke, 1992, p.47). Desde o início do sistema colonial, a Europa passou à condição de continente directório dos diversos assuntos globais, este privilégio permitiu que os seus mais altos representantes passassem a definir o papel a ser desempenhado pelos povos extra-europeus. É preciso pontuar que a maior subversão da investida colonial foi sentida no continente africano, pois, de acordo com Fanon (2008), este continente sofreu um autêntico “desvio existencial” que pode ser melhor compreendido nos seguintes termos:

O capitalismo introduziu em África unicamente aqueles limitados aspectos da sua cultura material que eram indispensáveis para uma exploração mais eficiente e cabal, mas a tendência geral foi a de subdesenvolver tecnologicamente a África. A escravatura e o comércio marítimo em geral tiveram o que se chama efeito «multiplicador» sobre o desenvolvimento europeu. O comércio com a África ajudou grandemente a Europa a fortalecer os laços entre as suas diferentes economias, mas em África redundou em desmoronamento e desintegração no plano local. (Rodney, 1975, p.154)

Nos referidos marcos históricos em que o desenvolvimento económico da Europa foi projetado, a colonização funcionou como o principal catalisador do desenvolvimento europeu face às demais regiões do mundo, mesmo assim, um número considerável de “estudiosos” desenvolveu pesquisas destinadas a distorcer este dado. De acordo com estas pesquisas, a economia europeia é descrita como sendo aquela que tem evoluído de forma independente, ou seja, sem correlação alguma com a escravidão, com a colonização ou mesmo com a submissão dos povos africanos.

Precisamos compreender que a colonização, mais do que uma máquina criminoso, subversiva e reacionária, foi acima de tudo um corpo dotado de uma forma de pensar muito própria, normalmente categorizada dentro do debate acumulado pelas ciências sociais como visão Eurocêntrica. Esta forma de pensar defende que “a colonização europeia do mundo sustentou-se na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que deveria “civilizar” o resto da humanidade “obscurecida” (Guerra, 2022, p.50), o que quer dizer que os europeus, nos termos da investida colonial, presumiram ser a mais histórica e ter a mais evoluída cultura entre toda a humanidade.

Há uma multiplicidade de perspectivas que se levantam em torno da visão Eurocêntrica, mas privilegiamos neste artigo uma linha discursiva que concebe o eurocentrismo como uma ideologia ligada ao imaginário colonial cujos fundamentos são responsáveis por um conjunto de formulações interpretativas e discursivas que têm como objetivo determinar o modelo desenvolvimentista europeu como sendo o hegemónico e o único capaz de produzir conhecimentos válidos para a explicação do mundo.

De acordo com Marcelino (2021, p.41), “a ciência moderna fundada sobre a racionalidade do iluminismo ocidental teve seu apogeu nos séculos XIII e XIX e foi de grande serventia no processo de implementação do projecto colonial”, pois produziu um conjunto de argumentos que os representantes do colonialismo usaram como justificação científica na legitimação moral do projeto colonial. As premissas desta justificação basearam-se numa retórica segundo a qual os negros não foram dotados de intelecto, são

impermeáveis à lógica e, portanto, são propensos a uma submissão natural. Foi fazendo o uso dos axiomas montados pela intelectualidade eurocêntrica que os representantes legais da estrutura colonial passaram a conceber a ideia de que toda a violência praticada em nome da colonização de África cumpria o propósito divino de civilizar, evangelizar e aculturar estes povos condenados à barbárie pelo seu estado de natureza. Envidam-se todos os esforços para levar o colonizado a confessar a inferioridade de sua cultura transformada em condutas instintivas, a reconhecer a irrealidade de sua nação e, finalmente, o carácter inorganizado e inacabado de sua estrutura biológica. A cultura nacional é, sob o domínio colonial, uma cultura contestada, cuja a destruição é empreendida de maneira sistemática. É muito rapidamente uma cultura condenada à clandestinidade. (Fanon, 1968, p.198).

Foi através da marcha colonial que as principais categorias analíticas eurocêntricas cristalizaram-se em toda a ciência e produziram uma espécie de monocultura que se apresenta hoje sobre a forma de uma alegada cultura global, mas precisamos compreender que a mesma não tem hipóteses alguma de ser global por estar completamente enraizada nas experiências particulares do mundo ocidental. Neste sentido, diversas instituições mundialmente influentes têm estabelecido com o continente africano relações de natureza colonial e neocolonial, isto mesmo depois dos africanos terem alcançado a sua autodeterminação face à colonização. Sobre essa realidade Clarke (1992, p.19-20) explica:

A história nunca é velha, tudo o que aconteceu continua a acontecer. O que estamos lidando agora é mais do que a segunda ascensão da Europa, estamos lidando com a ascensão de um conceito que tomou conta da mente da maior parte do mundo. Pois alcançou-se a independência apenas no nome, "independência da bandeira". No entanto, em termos de independência económica real, eles são mais dependentes agora do que no auge do colonialismo. [...]. Precisamos examinar cuidadosamente seu impacto inicial para entender suas reverberações.

No contexto africano, todas as principais reverberações do acto colonial têm sido sentidas na dimensão política, económica, científica, histórica, cultural e até mesmo linguística. Em relação a esta questão, "no século XVIII, Portugal emitiu uma série de leis e prescreveu medidas administrativas que diziam respeito ao papel que a língua deveria desempenhar para manutenção do prestígio, da extensão e da hegemonia colonial" (Proença, 2023, p.2005), foi assim declarada a inutilidade das línguas angolanas e introduziu-se a Língua Portuguesa como parte dos refinados instrumentos ao serviço da mística colonial portuguesa em África.

2.A língua enquanto repositório cultural

A colonização e o eurocentrismo, estruturas responsáveis pela mundialização coerciva da cosmovisão europeia, basearam-se num arcabouço ideológico cuja principal consequência foi a destruição das referências culturais do povo africano. Acrescendo a isto, uma outra consequência ainda mais grave e igualmente de escala continental, reside no facto de que o poder cultural representado pelo colonialismo provocou o afastamento dos africanos em relação o seu rico aporte de criações linguísticas. Na actualidade, a negligência que se assiste em relação às línguas ancestrais africanas é prova categórica de que este afastamento constitui o epicentro de uma luta intelectual que deve ser travada em prol da restauração da consciência histórica e da unidade cultural dos povos africanos.

Não se deve travar uma luta sem conhecer bem os meandros da mesma, por isso, nesta secção, faremos uma reflexão sobre como as múltiplas representações e sentidos que formam a língua podem reflectir a dimensão cultural de um povo, seja ele africano, europeu ou mesmo asiático. Deste modo, precisamos primeiramente entender que toda “uma cultura nacional é um *discurso* - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall,2006,p.50), isto é, a cultura é a guardiã por excelência da cosmovisão de um determinado povo. Tomamos aqui como sentido de cosmovisão a forma como um povo olha e se posiciona diante do mundo, como constrói o sistema de símbolos e representações com os quais se identifica.

A palavra “cultura” passou a ser utilizada para se referir a tudo o que seja característico sobre o “modo de vida” de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social. Por outro lado, a palavra também passou a ser utilizada para descrever “valores compartilhados” de um grupo ou de uma sociedade. Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos – “o compartilhamento de significados” – entre os membros de um grupo ou sociedade. Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro (Hall, 2016, p.19-20).

Nenhuma cultura pode ser considerada homogénea ou uniforme, pois toda cultura é a segmentação de vários sentidos e representações construídas por um povo num dado período histórico e espaço geográfico determinado. Não podemos falar de cultura sem um sistema de representação e sentidos, pois estes facilitam o processo de determinação das

normas que orientam a convivência da vida em sociedade. É também através destes sistemas, que um povo constrói o corpo de significações linguísticas que lhe permitem dialogar consigo mesmo e com o mundo.

Neste contexto, não se pode pensar em um sistema de representações distante dos diferentes tipos de linguagem, pois “a linguagem é uma prática significativa. Qualquer sistema representacional que trabalhe nesses termos pode ser visto, de forma geral, como algo que funciona de acordo com os princípios da representação pela linguagem” (Hall,2016,p.24). Dito de outra forma, a linguagem funciona como a ponte que interconecta os sistemas de representação a uma estrutura cultural, o que torna correcto afirmarmos que a linguagem no geral e a língua em particular, mais do que uma construção social, é acima de tudo um repositório cultural. Tal como explica Hall (2016,p.17):

Ora, a linguagem nada mais é do que o meio privilegiado pelo qual “damos sentido” às coisas, onde o significado é produzido e intercambiado. Significados só podem ser compartilhados pelo acesso comum à linguagem. Assim, esta se torna fundamental para os sentidos e para a cultura e vem sendo invariavelmente considerada o repositório chave de valores e significados culturais.

Toda língua conserva sempre uma cultura e carrega consigo um corolário de valores, representações, significações, ideias e formações cognitivas ligadas a um determinado povo. De acordo com Tamba (2014,p.59), “a língua é uma importante porta voz da cultura. [...] A necessidade de comunicar faz do Homem falante de uma ou várias línguas. Além do mais, cada língua carrega uma história de gerações dos seus falantes”, por isso é que os indivíduos ao se expressarem através da língua ou de qualquer outra forma de linguagem, não apenas transmitem as suas ideias, mas também interconectam-se com um extenso repositório de significações que dão rosto a uma determinada cultura.

Partindo do princípio de que toda língua configura um repositório cultural, nos marcos da instalação do sistema colonial, os países africanos foram forçados a adoptar as línguas dos seus colonizadores em detrimento das suas línguas que foram reduzidas à condição de “dialectos” pela intelectualidade colonial. Este reducionismo foi astuciosamente materializado porque “de trás das línguas, cujo estatuto científico se pretendeu negar, escondiam-se e continuam a esconder-se as culturas e as comunidades que as praticam” (Zongo, 2014, p.60). Uma vez que a colonização implicou a subalternização cultural, a diabolização das línguas africanas foi um dos investimentos

operacionalizado intencionalmente para fazer desaparecer o rico corolário de significações e representações culturais africanas.

3.A Língua Portuguesa e as raízes sócio-históricas da colonização linguística em Angola

O território que hoje se chama Angola, país situado na zona austral de África e que possui uma rica diversidade de culturas e línguas nativas, compartilha com um extenso grupo de nações africanas um passado colonial. A presença colonial portuguesa em Angola teve início quando em 1482 o rei do Kongo, *Nzinga-a-Nkuvu*, recebeu com enorme hospitalidade uma caravana portuguesa chefiada pelo navegador português Diogo Cão, este acedeu às terras angolanas por via do rio *Nzadi* (Zaire). Deste marco em diante, toda a presença portuguesa em Angola esteve voltada à construção de um conjunto de instrumentos ideológicos, políticos, económicos, sociais, religiosos e culturais cujo objectivo fundamental era subjugar culturalmente as diferentes sociedades angolanas e garantir uma melhor exploração das suas riquezas.

Os colonialistas portugueses, em Angola, criaram um conjunto de generalizações preconceituosas e de cunho racial que assentavam na expansão de um imaginário colonial baseado na ideia de que “quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será” (Fanon,2008,p.34), os colonialistas acreditavam que somente por via de uma transfiguração cultural é que os angolanos aumentariam as suas possibilidades de alcançarem o estatuto de povo civilizado. Foi assim montado todo mito civilizador, moralizador e evangelizador português nas terras de *N’zinga* e de *N’gola*.

De acordo com Asante (2014,p.11), “se não através das drogas, será através da mídia que nossas crianças acabam se tornando confusas, ou através do sistema educacional onde são marginalizadas e a quem é negada a oportunidade de conquistar informação”, neste caso particular, o sucesso da colonização portuguesa no âmbito da subversão cultural e linguística, contou com investidas assertivas feitas no campo educacional. Ou seja, quando os portugueses tornaram-se os principais agentes da educação do povo angolano, acto cujos primeiros passos foram dados no século XVI, montou-se um sistema educacional voltado para submissão e coisificação, uma vez que os colonialistas portugueses num gesto bem elaborado trataram de alinhar toda a sua proposta educativa aos “melhores” interesses coloniais.

Os colonialistas em geral desprezam e ignoram a cultura e educação africanas tradicionais. Assaltam-nas, instituindo uma versão do seu próprio sistema de educação, totalmente fora do contexto, que viria a desenraizar o africano do seu passado e a forçá-lo a adaptar-se à sociedade colonial. (Mondlane, 1976, p.59) .

Foi através de um evangelismo combinado com uma educação para a colonização que as principais sociedades ancestrais angolanas foram retidas num autêntico calabouço de indeterminação cultural, ou melhor, foram completamente desenraizadas e descentradas pelo poder cultural ligado à máquina colonial. Sem muitas alternativas, os angolanos foram obrigados a ceder ao jogo do imperialista e se converteram à cultura dos seus opressores. Tendo a consciência de que “pertencer a uma cultura é pertencer, *grosso modo*, ao mesmo universo conceitual e linguístico, saber como conceitos e ideias se traduzem em diferentes linguagens” (Hall, 2016,p.43), os colonialistas portugueses trataram de substituir o rico aporte das línguas angolanas pela Língua Portuguesa. Posto isto nos termos de Mondlane (1976, p.60):

Ao promover estes objectivos políticos, o Governo Português decretou que uma só língua, o português, fosse ensinada nas escolas sob a sua jurisdição em África. As línguas africanas são utilizadas mas mesmo isto é raro. Quaisquer que sejam os projectos a longo prazo para atingir este fim, o resultado foi entretanto o aparecimento de uma classe pouco numerosa, que olha com desprezo para sua própria língua e cultura.

Devido as reverberações do imaginário colonial, a classe de angolanos que olha hoje para as suas próprias línguas com um sentimento de inutilidade e desprezo multiplicou-se numa dimensão ainda maior do que na época colonial. Ou melhor, muitos são os angolanos que nos tempos contemporâneos têm a percepção distorcida de que a língua portuguesa tem funcionado como instrumento eficaz na internacionalização ou na inserção dos angolanos no cenário global, pois no imaginário coletivo destes angolanos pensar na internacionalização do país usando as línguas angolanas poderemos não ser bem percebidos na arena internacional.

Em termos históricos, a partir do século XVIII, Portugal aprovou um conjunto de leis e medidas para fazer vincar a hegemonia da Língua Portuguesa como língua única em Angola, é digna de destaque o Estatuto dos Indígenas Portugueses aprovado a 20 de Maio de 1954, no espírito colonial, este Estatuto visava civilizar os angolanos. Mas o que ficou claro é que a através deste, Portugal levou a cabo um profundo processo de branqueamento das culturas angolanas universalizando a ideia segundo a qual para que angolanos pudessem abandonar a sua condição de indígenas e ascenderem ao estatuto

de civilizados, tinham de obrigatoriamente fazer uma série de conversões, sendo a principal delas o domínio da Língua Portuguesa em toda a sua dimensão formalística. Foi nestes termos que Portugal montou um cativo linguístico que se mantém presente no quotidiano angolano mesmo depois de termos alcançado a tão almejada independência política.

Portugal foi expulso da África, de corpo, após a conquista da independência pelos países africanos invadidos. Mas, infelizmente, continua lá, de alma, representada pela língua. A maioria dos países africanos manteve como oficial a língua do colonizador, após a independência. Essa permanência tem produzido a continuidade da violência colonialista, em termos simbólicos. A língua portuguesa, atuando no imaginário dos falantes, contribui para que as culturas locais sejam desmerecidas, em favor da europeia, supervalorizada na escola, espaço de prestígio, ambiente formativo no qual se proíbe a circulação das línguas autóctones, exiladas para regiões do não-ser cultural; em alguns casos, ainda hoje, há falantes que têm vergonha de falar suas línguas maternas. (Proença,2023, p.211).

Muitos foram os angolanos culturalmente “colocados numa espécie de indeterminação, esses homens se persuadem com bastante facilidade de que tudo vai ser decidido noutra parte, para todo mundo, ao mesmo tempo” (Fanon, 1968,p.63). Esta necessidade de integracionismo, cujo rosto actual é a globalização, disfarça as raízes sócio-históricas da colonização linguística construída através dos seguintes instrumentos: a redução das línguas africanas à condição de dialectos; a exclusão dos pesquisadores africanos das investigações sobre as suas próprias línguas; a submissão das línguas africanas às regras gramaticais das línguas colonizadoras, neste caso particular, da Língua Portuguesa; a tendência de impor uma visão unívoca às línguas africanas; a imposição da supremacia do português nas estruturas sociais; e a distorção do estatuto científico das línguas africanas.

A título de exemplo, a submissão das línguas angolanas às regras gramaticais da Língua Portuguesa justificado pela necessidade de impor uma visão unívoca a estas gerou fortes consequências que são sentidas sempre que decidimos atribuir nomes angolanos às nossas crianças, ou seja, os nomes angolanos sofreram distorções morfológicas e semânticas profundas. Para sermos mais específicos vamos usar o seguinte exemplo: nomes angolanos como *Makyese* ou *Yelisa* na base de dados das conservatórias do registo civil de nascimento em Angola foram erroneamente cadastrados como *Maquiesse* e *Yelissa*, obedecendo uma construção morfológica típica da Língua

Portuguesa. Estes nomes ganharam assim uma nova configuração que não tem sentido algum dentro das construções linguísticas em que eles foram extraídos.

De acordo com Tomás (2022,p.129), “quando um nome é aportuguesado, de imediato e totalmente perde o seu sentido original, ou seja, o seu significado torna-se desprovido de uma estrutura morfológica apropriada” e por isto a palavra torna-se totalmente vazia em termos de carga semântica. Este amplo e contínuo processo de distorção do estatuto científico das línguas angolanas, comumente conhecido como aportuguesamento, para alguns linguistas que desconhecem os fundamentos da colonização linguística justificam que isto acontece devido o dinamismo da língua. Mas a verdade é que este processo foi intencionalmente projectado para decretar o obituário das criações linguísticas dos povos colonizados.

Na materialização da colonização linguística, os representantes intelectuais da máquina colonial trataram de se apropriar, em primeira instância, das línguas angolanas; estes empreenderam titânicos esforços para compreenderem e dominarem estas línguas ainda que superficialmente. Através de metodologias inapropriadas, intelectuais europeus desenvolveram um conjunto de investigações que na essência visavam atribuir um novo estatuto às línguas angolanas, todos estes linguistas tinham apenas um único objetivo: prestar serventia à doutrina ideológica da época, isto é, à de dominação e de exploração colonial. Para Zongo (2014,p.62), “torna-se evidente que as finalidades da investigação linguística estão relacionadas com a ideologia colonial de dominação, e não respondem em nada a preocupação de preservar ou valorizar as línguas africanas”, tais pesquisas eram investimentos no sentido de impor um autêntico glotocídio ao extenso corolário de línguas angolanas.

A expansão das línguas europeias em toda África significou sincreticamente a morte cultural do ser negro e das suas representações e significações linguísticas. Este projeto foi um investimento racionalizado de forma tão pretensiosa não apenas para subalternizar culturalmente Angola, mas sim o continente africano como um todo, pois isto foi projetado quer em relação à língua Inglesa, Portuguesa e até mesmo à Francesa. Neste seguimento, os colonialistas europeus construíram um conjunto de estruturas sociais predatórias com a missão de garantir a materialização eficaz da colonização linguística.

No entender de Rodney (1975,p.370), “desde 1854 que se fundou a Alliance Française como instrumento do imperialismo cultural e educacional reconhecido e aprovado pelo Governo francês”, estes inauguraram um instrumento poderosíssimo de

modos a manter os povos colonizados ligados a si por meio da língua, acto que deu sustentabilidade à chamada Comunidade Francófona. Em relação à língua portuguesa, a mesma estratégia foi gizada, ou melhor, depois de falharem na universalização do conceito do luso-tropicalismo, os portugueses conseguiram fazer vincar a sua mística colonial através da ardilosa materialização da ideia de Comunidade Lusófona. Tal como nos faz compreender Proença (2023, p.2013):

Criada em 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) congrega países que têm o português como oficial. A motivação, nem sempre declarada, é a construção de um imaginário lusófono e homogêneo da língua portuguesa. Isso contribui para recepção acrítica da língua portuguesa, o melhor instrumento de dominação colonial, aplicado na religião, na escola, na escravidão e em políticas de assimilação. Na prática, a internacionalização reforça o projeto de uma língua única, como braço de reforço da colonização que opera em nível simbólico.

Neste diapasão, organizações como a CPLP e outras similares foram pensadas de modos a salvaguardar no imaginário dos colonizados o prestígio e a hegemonia da Língua Portuguesa, a lógica norteadora desta comunidade faz do português uma língua-padrão que deve ser dominada, visando a coesão interna da comunidade lusófona; esta organização tem condenando ao desaparecimento as línguas nativas dos países africanos falantes do português. Nestes termos, as línguas angolanas têm sido categorizadas como um obstáculo ao processo de materialização da visão e missão da lusofonia, a inversão deste quadro que ditará o renascimento das criações linguísticas e culturais angolanas exige no mínimo um trabalho intelectual colectivo assente numa ideologia de desconstrução.

4.Possibilidades para a desconstrução da colonização linguística

A restauração da cosmovisão do povo angolano, cujas representações e significações encontram-se impregnadas nas suas línguas nativas, requer uma abordagem diferente não apenas no universo linguístico, mas em todo o projeto intelectual que visa restaurar a consciência histórica africana que por via da colonização foi totalmente descentrada e destituída das suas referências culturais.

Face às determinações sociohistóricas apresentadas neste artigo, temos por hipótese que este trabalho de desconstrução impõe ao contexto angolano a necessidade de uma reorganização curricular de modos a adoptar-se uma educação fundamentada na Afrocentricidade. Paradigma científico criado no início da década de 1980 na Universidade de Tample (Califórnia) pelo professor Molefi Kate Asante, este projeto

intelectual apregoa uma recuperação crítica do que de melhor foi-nos legado pela nossa ancestralidade, sendo a língua uma parte importante deste legado.

A afrocentricidade é a convicção de que o povo africano estará no centro da história pós-moderna. É a nossa história, nossa mitologia, nossas ideias criativas e nosso *ethos* como expressão de nossa determinação colectiva. Baseados em nossa história, construímo-nos sobre o trabalho de nossos ancestrais que nos deixaram os símbolos da nossa função humanizadora. (Asante, 2014, p.14).

Precisamos entender que a Língua Portuguesa mais do que não ter contribuído para o processo de internacionalização de Angola, também não foi capaz de garantir a unidade interna do povo angolano de modos a trilhar o caminho do desenvolvimento, pelo contrário, a manutenção do português como língua oficial em Angola tem contribuído inequivocamente para a marginalização, desvalorização e para o desaparecimento dos diferentes grupos étnico-linguísticos que suportam o rico mosaico cultural que faz de Angola uma nação. Desta feita, o nosso projeto de desconstrução precisa trazer para o debate da angolanidade a questão das línguas nativas, estas precisam entrar no quotidiano das famílias, nas escolas, nas ruas, nos grandes meios de comunicação, nas manifestações artísticas, na forma de comunicar com as questões de espiritualidade e assumir centralidade no processo de construção das políticas públicas.

A onisciência e a onipotência da Língua Portuguesa em Angola têm sido salvaguardadas por linguistas cujas investigações reproduzem fielmente o princípio do formalismo linguístico, conjunto de regras contidas na gramática. “Porém, estes linguistas formados segundo a gramática tradicional – a da norma – não dispõem de verdadeiro método para efetuar descrições de novas falas” (Zongo, 2014, p.63). Neste sentido, o formalismo linguístico dentro do imaginário colonial é um instrumento extremamente útil para salvaguardar o “purismo” da Língua Portuguesa, é a garantia de que os colonizados possam aceitar pacificamente a ideia de que a criação das regras gramaticais da Língua Portuguesa seja apenas uma prerrogativa exclusiva de Portugal, mesmo não tendo estes o maior universo de falantes.

E a escola, baseada na pedagogia tradicional do ensino de língua (Gramática Tradicional), reforça em máxima exaustão a ideia segundo a qual só se fala corretamente em Portugal. Com isso, nos tornamos usuários frustrados e inferiorizados: se não somos portugueses nem moramos em Portugal, jamais falaremos como eles. É urgente rever esse princípio, isto é, adotar normas próprias para cada país. Há resistências às ideias acima esboçadas, sabe-se bem, pois políticas linguísticas são autoritárias. Mas é preciso que sejam ditas, reivindicadas, discutidas.

Políticas imperialistas não abrem mão de controlar a língua para manter o poder e a opressão. (Proença, 2023, p.215-216).

Apesar do que foi dito anteriormente, o nosso engajamento é claro em termos de perspectiva, pois se partirmos do princípio de que toda a linguagem reflete um determinado modo colectivo de pensar, então facilmente podemos concluir que a nossa linguagem, enquanto povo colonizado, deve ser reivindicativa, revolucionária, libertadora e restauradora, possibilidades que a Língua Portuguesa não nos oferece porque toda “a linguagem do explorador é vil, corrupta e vulgar. Para ele, o racismo não existe porque o que existe hoje é meramente discriminação” (Asante, 2014, p.54), ou seja, a nossa proposta de desconstrução não apenas recomenda uma recuperação crítica das línguas angolanas, mas também propõe que levemos a cabo um amplo processo de desoficialização da Língua Portuguesa em Angola.

Fruto da marginalização das línguas angolanas em relação ao português, os angolanos enfrentam na atualidade uma profunda crise de nomes, ou melhor, em função da cristalização dos “germes de podridão” da colonização linguística, muitos angolanos normalizaram o ato de atribuir nomes ocidentais à crianças africanas. Estes nomes são totalmente estranhos ao arcabouço cultural e linguístico do povo angolano e evidenciam categoricamente toda alienação cultural provocada pela colonização.

Assim sendo, vele lembrar que “seja o que for que nossos ancestrais aceitaram, nós devemos decidir se adotamos ou não nomes que melhor reflitam o cerne da nossa identidade” (Asante, 2014,p.49), pois a escolha de um nome africano ou angolano é um passo decisivo na materialização da nossa transcendência coletiva para o despertar da consciência histórica das nossas crianças e para restaurar a nossa identidade cultural enquanto parte da grande nação africana.

Considerações finais

Em síntese, não tem como estas reduzidas páginas encerrarem uma discussão tão multifacetada como é a problemática da colonização linguística. Ainda assim, temos a consciência de que a exposição desta problemática configura um fator crucial para ampliar-se as possibilidades de África no geral reencontrar o caminho do desenvolvimento e do restabelecimento da unidade cultural cujas línguas nativas, distorcidas e acuadas pela Língua Portuguesa, são o principal repositórios. De modos a concluirmos este exercício, sugerimos três direccionamentos imprescindíveis ao processo de resgate colectivo das criações linguísticas de Angola:

Sugerimos realização de uma profunda revisão dos programas e currículos de ensino em Angola, pois acreditamos que somente através de uma reforma educativa Afrocentrada será possível modificar-se o estatuto das línguas angolanas que foram deixadas para atrás face ao português, inglês, francês e agora o mandarim. Ou seja, sugerimos que respeitando as especificidades culturais de cada região do país, se inclua no ensino geral a obrigatoriedade do estudo das línguas nacionais; outrossim, sugerimos ainda que se decrete como perfil de entrada para o ensino superior a obrigatoriedade do domínio de uma língua nacional quer falada como escrita;

Sugerimos uma postura intelectual libertadora dentro da academia angolana que possa influenciar na massificação do debate em torno da problemática do aportuguesamento e da destituição do estatuto científico das línguas angolanas. Os linguistas, a par dos historiadores, sociólogos, antropólogos e outros intelectuais, devem redireccionar as suas pesquisas no sentido desconstruírem este imaginário distorcido e colonizado de que as línguas angolanas não possuem o estatuto epistemológico, pois este estatuto ainda hoje sobre ataque colonial precisa ser reeditado, reclamado e restaurado;

Por fim, sugerimos que, neste trabalho de desconstrução, a clareza de perspectiva deve ser a lógica norteadora das nossas acções, ou seja, tal como um dia o que é hoje Língua Portuguesa era apenas o latim, os povos colonizados devem conscientizar-se de que o português pode ser alvo de um novo profundo processo reconceituação destituindo-lhe de toda vigilância formalística imposta por Portugal via CPLP e outros instrumentos. Ou seja, entendemos que todo o processo que levará a desoficialização da Língua Portuguesa permitirá também a restauração das línguas angolanas.

Referências

- ASANTE, M. K. (2014). *Afrocentricidade a teoria de mudança social*. Philadelphia: Afrocentricity Internacional.
- CLARKE, J. H. (2020). *Cristóvão Colombo e o Holocausto Afrikano: escravidão e a ascensão do capitalismo europeu*. Disponível em: <https://Insurreicaocgpp.blogspot.com.br>
- FANON, F. (1968). *Os Condenados da terra*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FANON, F. (2008). *Pele negra máscaras brancas*, Salvador: EDUFBA.
- GUERRA, L. A. (2021). *Por uma teoria crítica do conhecimento: A ciência em debate em uma sala de aula na Amazônia*. Revista Eletrônica Mutações, v.14, n.23, p.39-53.
- HALL, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*, 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A

HALL, S. (2016). *Cultura e representação*, Rio de Janeiro: Apicuri.

MONDLANE, E. (1976). *Lutar por Moçambique*, Porto: Sá de Costa.

MARCELINO, J. S. (2021). *Por uma geografia decolonial: Elementos para o ensino de África na educação básica*. *Veredas da História*, [online], v.14, n.1, p.36-63.

PROENÇA, P.S. (2023). Línguas africanas devem ser oficializadas? In. TIMBANE, A. A.; FREITAG, R. M. *As línguas africanas e o português na África lusófona: reflexões, descrições e políticas de ensino*, 205-217.

RODNEY, W. (1975). *Como a Europa subdesenvolveu a África*, Lisboa: Seara Nova.

TAMBA, P. (2023). A língua e a cosmovisão: um estudo comparado entre o inglês britânico e o balanta quintoé da Guiné-Bissau. In. TIMBANE, A. A.; FREITAG, R. M. (Org.). *As línguas africanas e o português na África lusófona: reflexões, descrições e políticas de ensino*, 59-71.

TOMÁS, R. J. (2022). *Subsídios sobre o aportuguesamento ortográfico dos antropónimos bantu*. Luanda: La Société Littéraire.

ZONGO, B.; DIENG, Doudou. (2014). *Francês/línguas africanas: colonização linguística ontem e hoje, aqui e ali*. in. DIOP, B. M.; DIENG, D. (Org.). *A Consciência histórica africana*. Luanda: Mulemba, p.159-164.

Recebido em: 12/09/2024

Aceito em: 10/11/2024

Para citar este texto (ABNT): FIGUEIREDO, Hamilton Sebastião de. A Língua Portuguesa e as raízes sóciohistóricas da colonização linguística em Angola: possibilidades para a desconstrução. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.4, nº Especial II, p.84-100, out. 2024.

Para citar este texto (APA): Figueiredo, Hamilton Sebastião de. (out. 2024). A Língua Portuguesa e as raízes sóciohistóricas da colonização linguística em Angola: possibilidades para a desconstrução. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 4 (Especial II): 84-100.